

MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE: A PEQUENA ÁFRICA NO ENSINO DE ARTE

DOI: 10.5281/zenodo.18329929

Artur Batista de Oliveira Rocha

Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação (Must University), Licenciando em Artes Visuais e Letras Espanhol (Centro Universitário Cidade Verde -UniCiv) e Licenciado em Letras Português e Inglês (Univetsidade de Franca - UNIFRAN).

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é analisar a relevância da Pequena África, localizada na zona portuária do Rio de Janeiro, como patrimônio cultural, artístico e educacional, relacionando sua história às diretrizes do ensino de Arte estabelecidas pela Lei nº 10.639/2003. Essa região, marcada pela presença e resistência da população negra, constitui um espaço simbólico que guarda memórias, tradições e expressões culturais fundamentais para compreender a formação da identidade brasileira. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o local recebeu milhares de africanos escravizados, transformando-se em um dos principais centros de preservação cultural e de resistência política, onde manifestações como o samba, a capoeira, os cultos de matriz africana e a culinária afro-brasileira se consolidaram como referências da cultura nacional. A pesquisa foi desenvolvida a partir do método bibliográfico, com base em fontes consultadas em plataformas reconhecidas como Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Essa metodologia permitiu reunir e analisar diferentes perspectivas teóricas que tratam das relações entre memória, identidade e educação, possibilitando uma reflexão crítica sobre o papel da Pequena África no campo artístico-pedagógico. Os resultados apontam que a valorização da Pequena África contribui diretamente para a efetivação da Lei nº 10.639/2003 no ensino de Arte, uma vez que o reconhecimento da cultura afro-brasileira nas escolas promove não apenas o combate ao racismo estrutural, mas também a construção de uma educação mais inclusiva, plural e democrática. O estudo mostra que o professor de Arte tem um papel importante nesse processo. Ele funciona como um intermediador cultural, ajudando os estudantes a transformar experiências estéticas em algo que fortalece a identidade, aumenta a autoestima e faz com que se sintam parte de um grupo. Conclui-se que integrar a memória e a ancestralidade afro-brasileira no currículo escolar é um passo indispensável para consolidar práticas pedagógicas antirracistas, valorizar a diversidade cultural e contribuir para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Pequena África; Cultura Afro-Brasileira; Patrimônio Cultural; Ensino de Arte; Educação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo destacar a importância da Pequena África como patrimônio cultural, artístico e educativo, relacionando sua história às propostas de ensino de Arte estabelecidas na Lei nº 10.639/2003. A região, marcada pela presença e resistência da população negra no Rio de Janeiro, representa um espaço simbólico que guarda memórias, tradições e expressões culturais essenciais para entender a identidade brasileira. Com isso, ao valorizar a Pequena África, este estudo busca contribuir para ampliar o debate sobre memória, identidade e diversidade cultural no ensino de Arte, promovendo uma educação mais plural e inclusiva.

A chamada Pequena África corresponde a uma área localizada na zona portuária do Rio de Janeiro, especialmente nas regiões próximas à Praça XI, Pedra do Sal e Cais do Valongo, que recebeu milhares de africanos escravizados entre os séculos XVIII e XIX. Esse espaço urbano se transformou em um dos principais centros de resistência cultural da população negra, onde surgiram manifestações artísticas como o samba, as rodas de capoeira e os cultos de matriz africana. Além de preservar tradições religiosas e musicais, a Pequena África desempenhou papel fundamental na afirmação da identidade afro-brasileira, consolidando-se como um patrimônio de valor inestimável.

Reconhecendo sua relevância, o Cais do Valongo foi declarado Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2017, tornando-se um símbolo internacional da memória da diáspora africana e do combate à escravidão. Para atingir esse objetivo, escolheu-se a pesquisa bibliográfica como foco principal.

Segundo Gil (2019), esse tipo de pesquisa consiste em coletar, selecionar, analisar e interpretar trabalhos acadêmicos já publicados, possibilitando uma reflexão crítica fundamentada em diversas perspectivas. Essa abordagem é adequada, pois permite revisitar autores que apontam caminhos para o reconhecimento e a valorização da cultura afro-brasileira no contexto educacional. As fontes utilizadas foram selecionadas em bases de dados acadêmicas reconhecidas, como o Google Acadêmico, o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO).

O Google Acadêmico oferece uma variedade ampla de artigos, teses e livros, proporcionando uma visão geral da produção científica. O Portal de Periódicos da CAPES, vinculado ao Ministério da Educação, fornece acesso a milhões de documentos nacionais e internacionais, sendo uma ferramenta essencial para estudantes e professores. Já a SciELO, criada em 1997, é uma biblioteca científica online de acesso aberto, voltada à democratização do conhecimento na América Latina.

A escolha dessas plataformas se justifica por sua credibilidade e por favorecer uma abordagem interdisciplinar sobre o tema. Através delas, foi possível construir um panorama sólido sobre a importância da Pequena África, destacando suas dimensões culturais, históricas e pedagógicas. Assim, a metodologia adotada sustenta uma reflexão humanizada, dedicada à valorização da cultura afro-brasileira e à construção de práticas educativas que respeitem e celebrem a diversidade cultural no ensino de Arte.

O CONTEXTO HISTÓRICO DA PEQUENA ÁFRICA

A história de Pequena África está profundamente ligada às raízes da escravidão e à formação cultural do Brasil. Situada na zona portuária do Rio de Janeiro, entre Praça Onze, o Cais do Valongo e áreas próximas, essa região se consolidou, especialmente durante os séculos XIX e XX, como um dos principais centros de concentração da população negra na cidade. Após a abolição da escravidão em 1888, muitos ex-escravizados e seus descendentes passaram a residir ali, transformando o local em um verdadeiro espaço de resistência, memória e expressão cultural (MUNANGA, 2004).

Segundo registros históricos, o Cais do Valongo foi a principal porta de entrada dos africanos escravizados no continente americano, recebendo cerca de 900 mil pessoas entre 1811 e 1831 (UNESCO, 2017). Esses números evidenciam a brutalidade da colonização, mas também ilustram a riqueza cultural que esses povos carregaram. Mais tarde, ao se tornar conhecido como Pequena África, a região carregava as marcas dessa história coletiva, sendo o berço de práticas religiosas, música e arte que moldaram a identidade cultural brasileira.

Schwarcz (2019) reforça que a escravidão não deve ser vista apenas como uma exploração econômica, mas como um fenômeno que impactou profundamente as relações sociais, políticas e culturais do país. Assim, Pequena África emergiu como um símbolo de

afirmação de identidade, onde a população negra, apesar das desigualdades e do racismo estrutural, se unia por meio de arte, música e religiosidade, criando laços de solidariedade e resistência. No campo musical, por exemplo, a região foi o berço dos primeiros registros do samba urbano carioca, resultado da fusão de ritmos africanos com influências locais.

Nomes como Tia Ciata, Heitor dos Prazeres e Pixinguinha circularam por esse espaço. Tia Ciata, uma figura central na cultura afro-brasileira, transformou sua casa na Praça Onze em ponto de encontro de músicos, artistas e praticantes de religiões de matriz africana (RIOTUR, 2025). Para Gomes (2017), a produção cultural negra deve ser entendida como uma prática educativa e política, pois representa conhecimentos que resistem ao esquecimento histórico. Além da música, a religiosidade também teve grande impacto, com terreiros de candomblé e rodas de capoeira, práticas muitas vezes perseguidas, mas que resistiram e contribuíram para a formatação da identidade afro-brasileira.

Para Hanchard (2001), a África é mais do que uma localização geográfica: é um verdadeiro território de poder simbólico, onde a cultura negra permaneceu viva mesmo em meio à marginalização. O nome Pequena África foi criado pelo compositor e cronista Heitor dos Prazeres, no meio do século XX, ao descrever a região como predominantemente negra e repleta de manifestações culturais intensas. Essa expressão reforça o sentimento de pertencimento e memória coletiva que a história da área carrega, tornando-se uma referência essencial para o estudo da cultura afro-brasileira (RIOTUR, 2025).

A origem do nome *Pequena África* remonta ao trabalho do compositor e cronista Heitor dos Prazeres, que, por volta da metade do século XX, descreveu essa área como um lugar onde a presença negra era predominante e a cultura afro-brasileira se manifestava de forma vibrante. Esse apelido reflete uma forte sensação de pertencimento e memória coletiva, marcas históricas que fazem dessa região uma referência importante para o estudo da cultura afro-brasileira (RIO DE JANEIRO, 2025).

Em 2017, a UNESCO reconheceu o Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade, reforçando a sua importância histórica e simbólica. A instituição destacou que o local representa "a mais importante evidência física da chegada de africanos escravizados ao continente americano" (UNESCO, 2017, p. 15).

Esse reconhecimento internacional ajudou a ampliar o debate sobre memória, ancestralidade e reparação histórica, temas que ainda são centrais nas discussões sobre identidade e racismo no

Brasil. Portanto, a história da Pequena África vai além de uma simples delimitação geográfica; ela representa uma experiência coletiva marcada pela dor da escravidão, mas também pela força criativa de resistência cultural. Ao longo do tempo, a região se tornou um espaço de expressão artística que ultrapassou fronteiras, levando ao mundo manifestações como o samba, a capoeira e outras culturas afro-brasileiras (MULTIRIO, 2025).

Como destaca Gomes (2017), entender a identidade cultural do Brasil sem reconhecer as contribuições da população negra é impossível, sua expressão artística sempre foi, e continua sendo, uma forma de resistência e afirmação. Por isso, compreender o contexto histórico da Pequena África também implica em valorizar e incorporar esse patrimônio cultural na educação e no ensino de Arte.

A PEQUENA ÁFRICA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL E ARTÍSTICO

A Pequena África, situada na região portuária do Rio de Janeiro, é um espaço que tem um papel fundamental na compreensão da memória afro-brasileira. Considerada uma área de resistência, identidade e ancestralidade, ela vai além de sua localização física, tornando-se um patrimônio cultural e artístico que combina tradições, práticas materiais e imateriais, manifestações populares e produções atuais (RIOTUR, 2025).

Como aponta Gomes (2017), "a cultura negra no Brasil não é apenas memória, mas também uma pedagogia de resistência", reforçando a ideia de que Pequena África é um lugar de aprendizado, pertencimento e cultura viva em contínua produção. A noção de patrimônio cultural no Brasil se expandiu ao reconhecer a importância das manifestações imateriais, como o samba, a capoeira e as práticas religiosas de origem africana. Assim, Pequena África se destaca como um espaço privilegiado, pois ali se consolidaram expressões que se tornaram símbolos da cultura nacional.

O samba, por exemplo, surgiu na região, numa mistura de comunidades negras que preservaram ritmos, danças e tradições trazidas pela diáspora africana (SODRÉ, 2019). Além disso, as rodas de jongo, os terreiros de candomblé e os locais de encontro e socialização popular são práticas que, ao longo do tempo, foram reconhecidas como patrimônio imaterial por entidades como a UNESCO e o IPHAN.

Para entender melhor Pequena África como patrimônio cultural e artístico, é importante ressaltar a diversidade de instituições e manifestações que mantêm viva a memória afro-brasileira. O Museu da História e Cultura Afro-Brasileira (MUCABH) e o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) desempenham um papel essencial na preservação da memória da escravidão, da diáspora e das culturas negras, atuando também como espaços de educação e resistência (IPN, 2022).

A trajetória de Mercedes Baptista, a primeira bailarina negra do Theatro Municipal e uma das pioneiras na valorização da dança afro-brasileira, simboliza a arte como uma ferramenta de luta e afirmação identitária (SANTOS, 2018). A Casa de Conceição Evaristo também reforça a importância da literatura como uma voz das mulheres negras, ampliando a ideia de patrimônio além do material. Na cidade, o Largo da Prainha virou ponto de encontro de rodas de samba e manifestações populares, mostrando como a cultura é uma prática diária e comunitária. Ainda, a gastronomia afro-brasileira da região representa um patrimônio imaterial que une sabores, memórias e identidades, consolidando Pequena África como um território vibrante de arte e resistência.

Esses exemplos mostram que a Pequena África deve ser vista como um patrimônio feito de várias partes, onde aspectos tanto materiais quanto imateriais da cultura afro-brasileira se encontram. Segundo Schwarcz (2019), o Brasil é uma nação cheia de diferentes culturas que só podem ser realmente entendidas reconhecendo a contribuição negra. Nesse cenário, a Pequena África representa essa mistura toda e também revela a violência da escravidão, marcada por lugares como o Cais do Valongo, que foi reconhecido pela UNESCO em 2017 como Patrimônio da Humanidade. Assim, essa região funciona como um espaço de memória e de reparação histórica, essencial para entender os processos de exclusão e resistência vividos pelo povo negro. Mais do que um conjunto de instituições ou tradições, a Pequena África é um patrimônio vivo, que está sempre se reinventando. A energia das suas expressões artísticas e culturais mostra que é importante preservar não só o espaço físico, mas também as tradições que nele vivem.

Nesse sentido, a arte, a literatura, a dança, a música e a comida afro-brasileira estão todas conectadas, oferecendo diferentes formas de ensinar sobre a história, que também ajudam a formar cidadãos mais conscientes. Como aponta Munanga (2019), “valorizar a herança africana no Brasil é uma condição fundamental para combater o racismo estrutural e afirmar

identidades negras hoje em dia”. Por isso, a Pequena África precisa ser reconhecida como um patrimônio cultural e artístico que vai além das fronteiras físicas e do tempo. Sua riqueza está em manter viva a ancestralidade africana, dialogar com o presente e ajudar a construir futuros nos quais a memória, a arte e a resistência estejam sempre juntas. Valorizar essa herança por meio de políticas públicas, ações educativas e reconhecimento social é um passo importante para construirmos uma sociedade mais justa, plural e diversa.

A LEI 10.639/2003 E A INSERÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO DE ARTE

A promulgação da Lei nº 10.639, em 9 de janeiro de 2003, marcou um passo importante na história da educação brasileira, ao tornar obrigatória a inclusão do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas do país. Essa legislação nasceu a partir das reivindicações do movimento negro e de intelectuais que, ao longo dos anos, apontaram a ausência e a invisibilidade das contribuições africanas e afro-brasileiras nos currículos escolares (MUNANGA, 2019). Ao estabelecer essa obrigatoriedade, a lei não só busca corrigir uma dívida histórica, mas também incentiva uma educação que valorize a diversidade cultural e combata o racismo.

Ao olhar para o ensino de Arte, a Lei 10.639/2003 ganha uma dimensão ainda mais importante, pois a arte é um espaço privilegiado de expressão cultural e identidade. Incluir conteúdos relacionados às culturas africanas e afro-brasileiras possibilita que os alunos entendam como essas raízes são essenciais na formação da identidade brasileira. Como destaca Gomes (2017, p. 45), “a presença da cultura negra no currículo escolar é não só uma questão de justiça histórica, mas também uma ferramenta pedagógica que valoriza as diferenças e fortalece a cidadania”.

As manifestações de arte afro-brasileira, como o samba, o jongo, o maracatu, a capoeira, juntamente com a literatura negra e as artes visuais de origem africana, oferecem um rico repertório para o trabalho pedagógico. Ao trazer esses conteúdos para as aulas de Arte, o professor cria oportunidades para que os estudantes se vejam como participantes de uma história plural, onde as raízes africanas desempenham um papel fundamental.

Segundo Silva (2021), trabalhar a arte afro-brasileira na escola é possibilitar que os alunos reconheçam suas próprias raízes culturais e entendam como a estética e a criatividade negras moldaram o Brasil hoje. Dessa forma, a Lei 10.639/2003 também conversa direto com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que valoriza a diversidade cultural como princípio norteador. As práticas pedagógicas apoiadas nessa legislação ajudam a construir uma educação mais crítica e inclusiva. Nesse sentido, ensinar Arte passa a ir além de ensinar técnicas ou estilos, promovendo reflexões sobre memória, ancestralidade, identidade e pertencimento.

A Lei 10.639/2003 trabalha diretamente com a BNCC, que destaca a importância de valorizar a diversidade cultural como um princípio fundamental. As práticas pedagógicas que se baseiam nessa lei possibilitam criar uma educação mais crítica, inclusiva e reflexiva. Quando é abordado o Ensino de Arte, ele deixa de ser apenas sobre ensinar técnicas ou estilos, para passar a estimular reflexões sobre memória, ancestralidade, identidade e sentimento de pertencimento. Além disso, essa lei abre espaço para desconstruir estereótipos e preconceitos que, ao longo da história, têm sido associados à população negra. Por meio do ensino de artistas, movimentos e manifestações culturais afro-brasileiras, é possível construir narrativas mais justas e diversas.

Corroborando com Schwarcz (2019, p. 102), "a negação da contribuição negra na história e cultura brasileira é uma forma de racismo estrutural que precisa ser combatida na educação". Nesse contexto, o papel do professor de Arte é fundamental: ele precisa selecionar conteúdos, métodos e abordagens que garantam que essa lei seja efetivamente aplicada na rotina escolar. Vale destacar que a aplicação da Lei 10.639/2003 não deve ficar limitada a datas comemorativas ou atividades pontuais. Trata-se de um compromisso contínuo de transformar o currículo e as práticas educativas, o que exige formação adequada dos professores, acesso a materiais didáticos específicos e apoio por parte da instituição.

Quando bem colocada em prática, essa lei fortalece o ensino de Arte como um campo de resistência, afirmação de identidade e promoção da igualdade racial. Por fim, essa legislação é um avanço importante para incorporar a cultura afro-brasileira no ensino de Arte, indo além de uma obrigação legal, ela é um convite para repensar uma educação que valorize a pluralidade cultural do Brasil, reconhecendo as contribuições africanas e afro-brasileiras e promovendo práticas pedagógicas capazes de mudar olhares e transformar realidades.

PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DE ARTE A PARTIR DA PEQUENA ÁFRICA

A Pequena África, situada na área portuária do Rio de Janeiro, é um local que simboliza resistência, memória e a riqueza cultural afro-brasileira. Entender a importância desse espaço para o ensino de Arte é ampliar os horizontes pedagógicos além de perspectivas eurocêntricas, trazendo para a sala de aula referências artísticas, históricas e culturais que ajudam a formar a identidade brasileira. Como aponta Gomes (2017), valorizar a cultura negra no currículo escolar é uma prática que fortalece a autoestima, aumenta a consciência histórica e promove a cidadania entre os estudantes.

Uma primeira ideia de abordagem pedagógica consiste em usar o patrimônio material e imaterial de Pequena África como ponto de partida para projetos de várias disciplinas. Locais como o Cais do Valongo, reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, e o Instituto dos Pretos Novos, que guarda a memória dos africanos escravizados, podem ser utilizados em atividades de Arte que integram história, geografia e literatura. Esses espaços também convidam a reflexões sobre nossa ancestralidade e as contribuições africanas à cultura do Brasil.

Segundo Santos (2020), a educação patrimonial é uma ferramenta poderosa para aproximar os estudantes de sua própria história e estimular práticas pedagógicas que promovem a emancipação. Além disso, a música, a dança e a comida típica da Pequena África podem ser exploradas como formas de expressão artística que carregam histórias de resistência e criatividade cultural.

O samba, nascido nos terreiros e quintais dessa região, pode ser estudado não só como um gênero musical, mas como uma expressão artística que une corpo, ritmo e identidade. Pode-se realizar oficinas de percussão, rodas de capoeira e atividades de criação de coreografias inspiradas no jongo ou no maracatu, promovendo experiências estéticas que aproximam os estudantes da diversidade cultural do Brasil (PRANDI, 2018).

No campo das artes visuais, propostas pedagógicas podem envolver a análise de obras de artistas negros contemporâneos que dialogam com a memória da Pequena África, como Rosana Paulino, Abdias Nascimento e Jaime Lauriano. Essas referências possibilitam discutir temas como racismo, identidade e ancestralidade por meio de linguagens artísticas atuais.

Segundo Silva (2021), a visibilidade da produção artística negra no currículo escolar ajuda os estudantes a reconhecerem a diversidade de vozes presentes na arte brasileira.

Outra abordagem é explorar a literatura negra em conexão com as artes cênicas. Textos de Conceição Evaristo, cuja casa de memória fica na Pequena África, podem ser usados para leituras dramáticas, performances e peças teatrais. Essa prática aproxima os alunos da escrita de mulheres negras e destaca a força estética da chamada “escrivivência”, um termo criado pela autora para designar a escrita que nasce das experiências de vida da população negra.

Os museus também têm um papel fundamental nas propostas pedagógicas. O Museu da História e Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) e o Instituto dos Pretos Novos oferecem acervos que estimulam atividades de análise, releitura e criação artística em sala de aula. A mediação cultural nesses espaços pode acontecer tanto presencialmente, por meio de visitas, quanto de forma virtual, através de catálogos e exposições online. De acordo com Chagas (2019), os museus de história afro-brasileira são espaços que preservam memórias importantes e, quando integrados ao currículo escolar, ajudam a promover uma educação mais inclusiva, valorizando a diversidade e os direitos humanos.

Também é importante valorizar a gastronomia da Pequena África como uma forma de expressão artística e cultural. A culinária afro-brasileira, marcada por ingredientes como dendê, inhame e quiabo, carrega símbolos de ancestralidade e religiosidade. Oficinas pedagógicas que relacionem arte e culinária podem trabalhar cores, formas, símbolos e histórias culturais, valorizando o saber culinário como manifestação estética e social.

Por fim, ensinar Arte a partir da Pequena África deve seguir os princípios da Lei 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar. Isso significa reconhecer a Pequena África como um território pedagógico, não apenas em termos de localização, mas como um espaço de memória, resistência e construção de identidades. Assim, as propostas pedagógicas ajudam a desenvolver um ensino de Arte mais plural, crítico e comprometido em valorizar a diversidade cultural do Brasil.

A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E O PAPEL DO PROFESSOR DE ARTE

A implementação da Lei nº 10.639/2003 deve ser entendida não apenas como o cumprimento de uma exigência legal, mas como um compromisso ético e pedagógico imprescindível para a construção de uma educação verdadeiramente antirracista. Nesse cenário, o professor de Arte ocupa uma posição de destaque, não apenas na transmissão de técnicas e conteúdos, mas como mediador cultural e agente de transformação social, conforme salientado por Gomes (2017).

A abordagem antirracista na educação, como explica Candau (2016), demanda práticas que celebrem a diversidade, reconheçam as desigualdades herdadas ao longo da história e enfrentem as discriminações que ainda permeiam o cotidiano escolar. Na esfera da Arte, essa perspectiva se amplia, uma vez que a produção artística afro-brasileira representa, simultaneamente, uma expressão estética e uma afirmação política, carregada de memórias, resistências e identidades. Ao incorporar no currículo referências como Pequena África, o professor não apenas enriquece o repertório cultural dos estudantes, mas também promove fortalecimento da autoestima, do sentimento de pertencimento e na valorização da identidade negra.

Como Freire (2019) enfatiza, ensinar é sempre um ato político, e na Educação Artística, representa também uma oportunidade de reconstruir narrativas que historicamente foram silenciadas. Entre exemplos práticos, destacam-se o uso de músicas de samba para análises poéticas, a realização de releituras de obras de artistas negros contemporâneos, além da valorização da culinária e moda afro-brasileira enquanto expressões estéticas e identitárias.

Segundo Munanga (2019), combater o racismo estrutural implica reconhecer a contribuição africana na formação cultural do Brasil, o que coloca o professor de Arte na posição de mediador entre passado, presente e futuro. Dessa forma, ele ajuda os alunos a perceber que memória e ancestralidade não são meramente conteúdos históricos, mas dimensões vivas que moldam nossa identidade. Assim, a prática de uma educação antirracista no ensino de Arte transforma-se num exercício cotidiano, que vai além de datas comemorativas, materializando-se em cada atividade, projeto e conteúdo desenvolvido em sala de aula. Inspirando-se na Pequena África, o professor dispõe de um rico território pedagógico, capaz de

promover experiências estéticas que transformam e contribuem para formar cidadãos críticos, conscientes e engajados na luta por uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

A PEQUENA ÁFRICA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Pensar na Pequena África como um espaço de aprendizado significa colocá-la no campo da educação intercultural, que valoriza as diferenças culturais como parte essencial do crescimento humano. Quando a escola incorpora referências afro-brasileiras nas aulas de Arte, ela cria um espaço de diálogo que ultrapassa fronteiras e incentiva a convivência respeitosa entre diferentes identidades culturais (CANDÁU, 2016).

Pesquisas atuais mostram que as abordagens interculturais na Educação Artística muitas vezes enfrentam resistência por causa de visões eurocêntricas. Um exemplo disso é um estudo feito no Colégio Pedro II, que tenta promover uma visão multirreligiosa na arte, desafiando a narrativa tradicional da história da arte (CARDOSO JÚNIOR; CANDÁU, 2018). Além disso, uma análise das publicações acadêmicas feitas no Brasil entre 2013 e 2023 revelou que, embora haja avanços, o ensino de Arte ainda costuma estar muito ligado à perspectiva eurocêntrica. Isso mostra como é importante desenvolver métodos que valorizem conhecimentos afro-brasileiros e afrodescendentes (ARAÚJO et al., 2023).

Outro estudo recente, focado na disciplina de Arte em escolas rurais de Uberlândia/MG, trouxe à tona como os professores têm lidado com a questão da interculturalidade. Os resultados indicam que há um esforço para conectar práticas poéticas locais, mas que a formação dos professores ainda representa um desafio para que essas ideias realmente ganhem força (NAGHETTINI; CUNHA, 2023). Esses pontos reforçam que uma abordagem intercultural exige entender a cultura como algo vivo, em constante mudança e diálogo. Por isso, a Pequena África não deve ser vista só como um marco histórico da escravidão, mas como um espaço de produção cultural que nunca para, onde memórias antigas continuam conversando com as experiências de hoje (MUNANGA, 2019; CANDÁU, 2016).

No ensino de Arte, o papel do professor é fundamental: ao promover oficinas de música, dança, literatura, artes visuais ou culinária, ele cria pontes culturais que valorizam a diversidade. Candáu (2016) reforça que a escola deve ser um lugar de encontro, troca de culturas e

reconhecimento das diferenças como algo rico, não um obstáculo. Assim, pensar na Pequena África por uma ótica de educação intercultural amplia as possibilidades de ensino e ajuda a construir uma sociedade mais justa e inclusiva, promovendo o respeito às diferenças e uma convivência democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, foi possível observar que a Pequena África não é apenas um espaço físico localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, mas também um território que carrega memória, resistência e cultura viva. Essa região, marcada pela história da escravidão e pela presença de comunidades negras, virou um berço de manifestações artísticas que ajudaram a moldar a nossa identidade cultural. O samba, a religiosidade de origem africana, a culinária e as expressões culturais que surgiram aqui mostram como a cultura negra resistiu e se reinventou, criando laços de pertencimento e fortalecendo a luta contra o apagamento da sua história. Valorizar esse legado é reconhecer o papel fundamental que a população negra teve na formação do Brasil.

Por isso, este estudo destaca a importância de inserir a história e a cultura afro-brasileira na escola, em linha com a Lei 10.639/2003. Quando pensamos em ensino de Arte, vai muito além do aprendizado técnico: ele se transforma em um espaço de reflexão, afirmação de identidade e valorização da diversidade. A Pequena África, vista como um patrimônio pedagógico, abre caminho para práticas educativas mais humanas, capazes de formar cidadãos mais conscientes, críticos e engajados na construção de uma sociedade plural. Valorizar essa herança cultural é um passo importante para transformar a educação em uma ferramenta de inclusão e justiça social.

Transformar a educação nesse contexto, contudo, demanda uma abordagem que seja não apenas inclusiva, mas também antirracista de forma clara e consistente. A implementação da Lei nº 10.639/2003 representa um compromisso ético e fundamental para promover uma educação genuinamente antirracista, na qual o professor de Arte se assume como um mediador cultural e um agente de transformação social.

A arte afro-brasileira emerge não só como uma expressão estética, mas também como uma afirmação de resistência e uma afirmação política carregada de história, memórias e

energia de resistência. Ao recorrer às referências da Pequena África, o professor enriquece o repertório dos estudantes e fortalece sua autoestima e o sentimento de pertencimento, reforçando a identidade negra de maneira significativa.

É por meio de práticas como a análise de sambas, releituras de obras de artistas negros contemporâneos e a valorização da culinária afro-brasileira que o professor de Arte consegue combater o racismo estrutural, ajudando os estudantes a perceberem que memória e ancestralidade são dimensões vivas na formação de quem somos. Essa abordagem deve ser parte do cotidiano, indo além de datas comemorativas, e cada aula deve se transformar numa oportunidade de construir uma sociedade mais justa, plural e verdadeira em sua inclusão.

Além de adotar uma postura antirracista, é fundamental colocar a Pequena África na perspectiva da educação intercultural. Esse espaço deve ser visto como um território de diálogo onde as diferenças culturais são valorizadas como parte do crescimento humano. Pesquisas recentes mostram a persistência de uma visão eurocêntrica no ensino de Arte, o que reforça a necessidade de desenvolver métodos que dêem atenção e valor aos saberes afro-brasileiros e afrodescendentes.

REFERÊNCIAS

ANDÁU, Vera Maria Ferreira. **Educação intercultural e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

ARAÚJO, F. A.; SANTANA, J. V., JESUS ; ARAGÃO, G. C. N.; SANTOS, J. R. M.. Educação das relações étnico-raciais e o ensino de Arte na educação básica: uma análise da produção acadêmica do banco de dissertações e teses da Capes (2013 a 2023). **Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 4, n. 2, p. 424-442, 2023.

CARDOSO JÚNIOR, W.; CANDÁU, V. M. F. Interculturalidade e ensino de artes visuais do Colégio Pedro II. **Revista Educação (UFSM)**, v. 43, n. 4, p. 721–740, 2018.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2016.

CHAGAS, Mário. **Educação e museus: desafios da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 72. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HANCHARD, Michael. Orpheus and power: **The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil 1945–1988**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA E MEMÓRIA PRETOS NOVOS (IPN). **História e memória da Pequena África**. Rio de Janeiro: IPN, 2022.

MULTIRIO. Pequena África: reduzida no nome, gigante no legado. Multirio – Educação e Comunicação. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/676-pequena-africa-reduzida-no-nome-gigante-no-legado>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NAGHETTINI, S.; CUNHA, V. G. R. A relevância do ensino de arte no contexto escolar em escolas públicas rurais: contraponto crítico entre as formações dos professores e as práticas

poéticas interculturais. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 12, p. 24476–24497, 2023

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade. Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira – MUHCAB. Apresentação. Disponível em: <https://rio.rj.gov.br/web/muhcab/apresentacao>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SANTOS, Inaicyra Falcão dos. **Mercedes Baptista: a criação da dança afro-brasileira**. Salvador: EDUFBA, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Educação das relações étnico-raciais no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: MEC, 2021.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2019.

UNESCO. **Cais do Valongo: Patrimônio da Humanidade**. Brasília: UNESCO, 2017.